

Helton Kramer Lustoza

EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E ATIVISMO JUDICIAL

**Escolhas Orçamentárias, Políticas Públicas
e o
*Mínimo Existencial Social***



**EDITORA ÍTHALA
CURITIBA – 2015**

CONSELHO EDITORIAL

Ana Claudia Santano: Doutora e Mestre em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidade de Salamanca, Espanha. Pós-doutoranda em Direito Público Econômico pela PUC/PR. Professora de diversos cursos de pós-graduação no Brasil e exterior.

Emerson Gabardo: Professor de Direito Administrativo da Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Econômico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-doutor em Direito Público Comparado pela Fordham University.

Fernando Gama de Miranda Netto: Doutor em Direito pela UGF/RJ. Professor Adjunto de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense e membro do corpo permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia e Direito (UFF).

Ligia Maria Silva Melo de Casimiro: Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Professora da Faculdade Paraíso – FAP, em Juazeiro do Norte-CE, de graduação e pós graduação. Professora substituta da Universidade Regional do Cariri – URCA, professora colaboradora do Instituto Romeu Felipe Bacellar desde 2006, em Curitiba/PR.

Luiz Fernando Casagrande Pereira: Doutor e Mestre em Direito pela UFPR. Coordenador da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo. Autor de livros e artigos de processo civil e direito eleitoral.

Rafael Santos de Oliveira: Doutor em Direito pela UFSC. Mestre e Graduado em Direito pela UFSM. Professor na graduação e pós-graduação em Direito da UFSM. Coordenador do Curso de Direito da UFSM. Editor da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global e da Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM.

L972 Lustoza, Helton Kramer
Eficiência administrativa e ativismo judicial: escolhas orçamentárias/, políticas públicas e o “mínimo existencial social” / Helton Kramer Lustoza – Curitiba: Íthala, 2015. 316p.; 23 cm

ISBN 978-85-5544.009-0

1. Direitos sociais. 2. Jurisdição. 3. Política pública. 4. Poder judiciário. I. Título.

CDD 342 (22.ed)
CDU 342.7

Editora Íthala Ltda.
Rua Aureliano Azevedo da Silveira, 49
Bairro São João
82.030-040 – Curitiba – PR
Fone: +55 (41) 3093-5252
Fax: +55 (41) 3093-5257
<http://www.ithala.com.br>
E-mail: editora@ithala.com.br

Capa: Duilio David Scrok
Revisão: Vera Lucia Barbosa
Projeto Gráfico e Diagramação: Danielle Dallavechia S. Roscamp

abdr
Associação Brasileira de Direito Administrativo

Informamos que é de inteira responsabilidade da autora a emissão de conceitos publicados na obra. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Íthala. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
01 DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	25
1.1 AS BASES TEÓRICAS DA PASSAGEM DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	25
1.2 FUNDAMENTABILIDADE E DISTINÇÃO DOS DIREITOS PRESTACIONAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	51
1.3 A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS PRESTACIONAIS MEDIANTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS	71
1.4 O PROBLEMA DA ESCOLHA ENTRE A RESERVA DO POSSÍVEL E O MÍNIMO EXISTENCIAL	86
1.5 O CONTROLE DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO ORÇAMENTO PÚBLICO PELO LEGISLATIVO E TRIBUNAL DE CONTAS	102
02 CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: O PAPEL DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	123
2.1 O ATENDIMENTO AOS DIREITOS PRESTACIONAIS COMO CONDIÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	123
2.2 JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E AS DECISÕES CONTRAMAJORITÁRIAS	143
2.3 O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO ATUAL ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UM DEBATE ENTRE PROCEDIMENTALISTAS E SUBSTANCIALISTAS	161

2.4	O CONTROLE JUDICIAL DE DECISÕES POLÍTICAS COMO EFEITO DA EXPANSÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	178
03	O CONTROLE JUDICIAL DAS ESCOLHAS ORÇAMENTÁRIAS DIANTE DA INEFICIÊNCIAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	195
3.1	O PROBLEMA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS PRESTACIONAIS E O DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	195
3.2	A PROTEÇÃO DOS DIREITOS PRESTACIONAIS COMO LEGITIMIDADE DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	209
3.3	A SUPERAÇÃO DO PROBLEMA DA INSINDICABILIDADE DE ESCOLHAS TÉCNICAS	239
3.4	A DESMISTIFICAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A IDENTIFICAÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO AO MÍNIMO EXISTENCIAL.....	253
3.5	O DIREITO À FELICIDADE COMO FINALIDADE DO ESTADO .	268
3.6	POSSIBILIDADES HERMENÊUTICAS COMO BARREIRAS AO DECISIONISMO JUDICIAL.....	273
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	291
	REFERÊNCIAS.....	297